Opinião

Valor

Jornal econômico de circulação nacional, publicado desde 2 de maio de 2000 pela Valor Econômico S.A.

Diretora de Redação: Vera Brandimarte
Conselho Editorial: Alexandre Caldini Neto, Aluízio Maranhão Gomes da Silva, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Celso Pinto, João Roberto Marinho, Luiz Frias, Otavio Frias Filho, Roberto Irineu Marinho e Vera Brandimarte
Diretor-presidente: Alexandre Caldini Neto
Conselho de Administração: Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias, Marcello Henrique Monteiro de Moraes, Roberto Irineu Marinho

Economia mais fraca já afeta mercado de trabalho

Apesar de ter motivos para comemorar a criação de 1,3 milhão de postos de trabalho em 2012 e a queda da taxa de desemprego para o nível recorde de 4,6% da população economicamente ativa (PEA) em dezembro, o governo precisa moderar o entusiasmo porque o que mais temia pode estar começando a acontecer: a desaceleração da economia já parece afetar o mercado de trabalho.

A influência da economia mais fraca ficou evidente no recente Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que apura a movimentação dos trabalhadores com carteira assinada. Dezembro é um mês em que as demissões costumam superar as contratações, em consequência da entressafra agrícola, término do ciclo escolar e dispensa de temporários contratados nos meses anteriores.

Desta vez, porém, a perda de empregos foi maior do que a sazonalidade sugeria e surpreendeu até os especialistas.

Foram fechadas 496.944 vagas em dezembro, principalmente em setores que vinham puxando o Produto Interno Bruto (PIB) ou estavam sendo estimulados pelo governo — serviços, construção civil, agropecuária e indústria da transformação.

Apesar da vizinhança do pleno emprego, o balanço do ano deixou a desejar. Foram criados 1,301 milhão de postos com carteira assinada em 2012, o que representou um crescimento de 3,43% em relação ao estoque existente em 2011. O governo procurou ressaltar que o total de empregos formais criados desde o início do governo do PT, em 2003, atingiu 18,928 milhões. O número de postos criados em 2012, porém, é 33% menor do que o de 2011, que foi de 1,944 milhão, e o menor desde 2009, auge da crise internacional, quando foram abertos 1,296 milhão de empregos.

Para este ano, o governo espera uma recuperação e a criação de 1,7 milhão a 1,8 milhão de empregos, chegando a 2 milhões se forem incluídas as vagas no setor público, em consequência das medidas adotadas para amenizar a crise, como o corte dos juros, as desonerações e os investimentos em infraestrutura programados.

No entanto, setores pioneiros nas desonerações tiveram desempenho ruim em produção e faturamento (**Valor**, 23/1) e também em contratação de mão de obra. A indústria da transformação aumentou o número de empregados com carteira assinada em apenas 1% entre 2011 e 2012, o equivalente a 86,4 mil vagas, depois de ter demitido 178 mil apenas em dezembro. Fabricantes de calçados, que contam com a desoneração da folha de pagamentos desde o fim de 2011, cortaram 9,6 mil empregos no ano passado, após terem ceifado 9,5 mil em 2011. A indústria têxtil e do vestuário, também favorecida pela desoneração, manteve o número de postos de trabalho praticamente estável — na verdade, cortou 380 vagas.

No balanço feito pelo **Valor**, a despeito da desoneração da folha, os setores de confecção e de calçados acompanharam o desempenho da atividade industrial. A vantagem proporcionada pela renúncia fiscal de R$ 1 bilhão, decorrente da troca da contribuição de 20% do valor da folha salarial ao INSS por uma alíquota de 1% sobre o faturamento, permitiu, contudo, um ganho de margem para as empresas ou foi usada para segurar os reajustes de preços.

O setor de serviços foi responsável pela criação do maior número de vagas no ano passado, 666,1 mil; seguido pelo comércio, com 372,3 mil; e pela construção civil, com 149,3 mil. Esses dois últimos setores foram incluídos no programa de desoneração da folha de pagamentos do Plano Brasil Maior em dezembro, e o benefício deve entrar em vigor dentro de dois meses.

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE também foi motivo de comemoração pelo governo ao registrar a redução da taxa de desemprego de 4,7% para 4,6% da população economicamente ativa (PEA) entre dezembro de 2011 e igual mês de 2012, nas seis regiões metropolitanas avaliadas. Na série livre de efeitos sazonais, foi detectado, porém, um aumento da taxa de desemprego na margem, de 5,4% para 5,6%, entre novembro e dezembro.

No entanto, a população ocupada continua crescendo ligeiramente mais do que a PEA, 3,1% e 3%, respectivamente, sinalizando que o mercado de trabalho continua apertado, apesar do aumento do desemprego na margem, e justificando a firmeza dos salários.

A experiência dos setores de calçados e vestuário sugere, porém, que o governo deveria monitorar de perto o resultado das desonerações de modo a garantir uma contrapartida em empregos e benefícios aos consumidores.

Diretora de Redação
Vera Brandimarte
(vera.brandimarte@valor.com.br)
Diretora Adjunta de Redação
Claudia Safatle
(claudia.safatle@valor.com.br)
Diretora de Conteúdo do Valor Online
Raquel Balarin (São Paulo)
(raquel.balarin@valor.com.br)
Editores-executivos
Célia de Gouvêa Franco
(celia.franco@valor.com.br)
Cristiano Romero (Brasília)
(cristiano.romero@valor.com.br)
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Pedro Cafardo
(pedro.cafardo@valor.com.br)
Chefe da Redação em Brasília
Rosângela Bittar
(rosangela.bittar@valor.com.br)
Chefe da Redação no Rio
Heloisa Magalhães
(heloisa.magalhaes@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Angela Bittencourt
(angela.bittencourt@valor.com.br)
Cristine Prestes
(cristine.prestes@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Graziella Valenti
(graziella.valenti@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Monica Izaguirre (Brasília)
(monica.izaguirre@valor.com.br)
Paulo Totti
(paulo.totti@valor.com.br)
Raymundo Costa (Brasília)
(raymundo.costa@valor.com.br)
Ribamar Oliveira (Brasília)
(ribamar.oliveira@valor.com.br)
Sérgio Léo (Brasília)
(sergio.leo@valor.com.br)
Vera Saavedra Durão (Rio de Janeiro) (vera.durao@valor.com.br)
Editora de Brasil
Denise Neumann
(denise.neumann@valor.com.br)
Editora de Política
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Editor de Internacional
Humberto Saccomandi
(humberto.saccomandi@valor.com.br)
Editora de Opinião
Maria Christina Carvalho
(maria.carvalho@valor.com.br)
Editora de Tendências & Consumo
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Comportamento
(vanilda@valor.com.br)
Rodrigo Uchoa
(rodrigo.uchoa@valor.com.br)
Editor de Indústria e Infraestrutura
Ive Ribeiro
(ive.ribeiro@valor.com.br)
Editor de Tecnologia & Comunicações
João Rosa (joao.rosa@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Fernando Lopes
(fernando.lopes@valor.com.br)
Editora de Finanças
Vanessa Adachi
(vanessa.adachi@valor.com.br)
Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreiras
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editora de Legislação & Tributos
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Editor de Cultura
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Editor de Arte/Fotografia
Silas Botelho Neto
(silas.botelho@valor.com.br)
Editora da ValorInvest
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editores de Projetos Especiais
Célia Rosenblum
(celia.rosenblum@valor.com.br)
Tania Nogueira Alvares
(tania.nogueira@valor.com.br)
Correspondentes internacionais
Alex Ribeiro (Washington)
(alex.ribeiro@valor.com.br)
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
César Felício (Buenos Aires)
(cesar.felicio@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Marcos de Moura e Souza
(Belo Horizonte)
(marcos.souza@valor.com.br)
Vanessa Jurgenfeld
vanessa.jurgenfeld@valor.com.br
Marli Lima (Curitiba)
(marli.lima@valor.com.br)
Murillo Camarotto (Recife)
(murillo.camarotto@valor.com.br)
Sérgio Ruck Bueno (Porto Alegre)
(sergio.bueno@valor.com.br)

Diretor-presidente
Alexandre Caldini Neto
(alexandre.caldini@valor.com.br)
Diretor Financeiro
Carlos Alberto Arroyo Ponce de Leon
(carlos.ponce@valor.com.br)
Diretora Comercial
Ivanilda Gadioli
Diretor de Circulação
Marciliano Antonio Silva Junior
(marciliano@valor.com.br)
Diretor de Eventos e Seminários
Carlos Raices
(carlos.raices@valor.com.br)
Diretora de Publicidade Legal
Andréa Flores
(andrea.flores@valor.com.br)
Diretor de Negócios Digitais
Rubens Pedretti Jr.
(rubens.pedretti@valor.com.br)
Diretor de TI
Maurício Ribeiro
(mauricio.ribeiro@valor.com.br)
Diretora de Assuntos Jurídicos e RH
Daphne Marahovschi Sancovsky
(daphne@valor.com.br)
Diretor de Marketing
Ricardo Pacheco de Almeida
(ricardo.pacheco@valor.com.br)

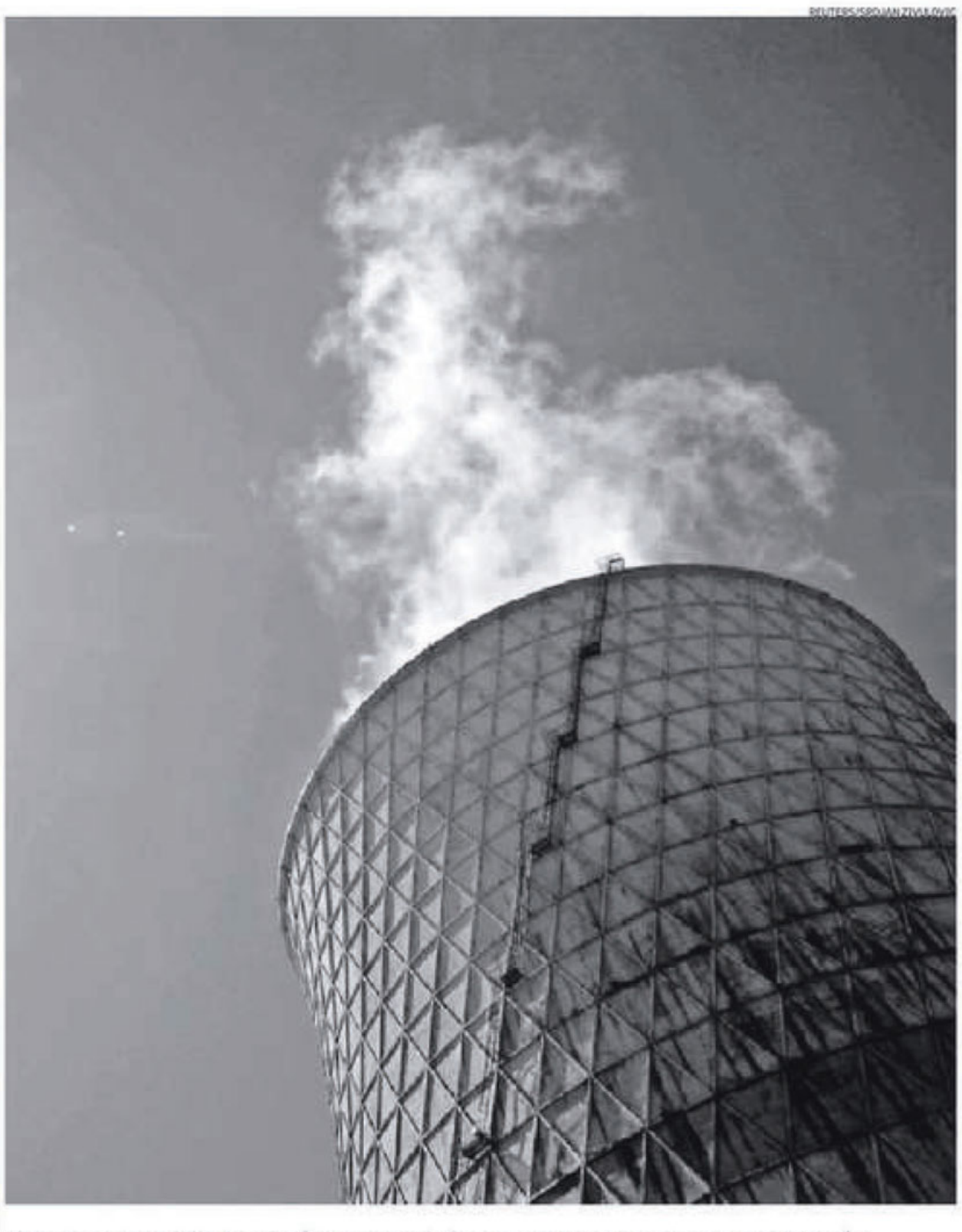
Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Circulação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico S.A. Av. Francisco Matarazzo, 1500, Torre New York, 1º, 2º, 3º e 8º andares - Condomínio Água Branca - São Paulo - SP CEP 05001-100 — **Telefone** 0 xx 11 3767 1000
Departamentos de Publicidade Impressa e On-line SP: Telefone 0 xx 11 3767-1012, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000 **Fax** 0 xx 11 3767 1348. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SRTVN Quadra 701 - Módulo C — Centro Empresarial Norte - sala 801 - Bloco B — CEP 70719-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Irineu Marinho, 70 - 6º andar — CEP 20230-023

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte
Canal Chetto Comun. e Representação
Tel./Fax: (71) 3025-2670
Interior de São Paulo e Litoral
M Mardegan Representações Com
Tel. (19) 3284-4691/9635-5606/9251-7817
CE/PI/MA/RN - Dialogar Propaganda & Marketing - Isabel
Tel./Fax: (85) 3264-7342
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização - Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287/3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497/1333-8497
EUA - Multimedia, Inc.
Tel./Fax:1-407-905-5000/1-407-363-9809
US Toll Free: 1-800-985-8588

Para venda de assinaturas e atendimento ao assinante ligue:
(11) 2199-2199 (Grande São Paulo) ou 0800 7018888 (demais localidades) de segunda à sexta das 07h às 19h30.
assinaturas@valor.com.br - atendimento@valor.com.br. Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br.**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência.

Preço de assinaturas (para todo o território nacional): **18 meses:** R$ 1.890,00; **12 meses:** R$ 1.260,00; **6 meses:** R$ 630,00

REUTERS/SERGIO MORAES



Preocupação imediata reside em uma exasperação do risco de inadimplência setorial. Por ***Nelson Fonseca Leite***

A geração térmica e seus efeitos na tarifa de energia

O sistema de geração de energia elétrica do Brasil é de causar inveja a vários países do mundo. Trata-se de uma matriz energética com ampla predominância de fontes renováveis, mais baratas e menos poluentes. Atualmente, o Brasil conta com 80 mil MW de capacidade hidrelétrica instalada, sendo o segundo maior produtor de energia proveniente dessa fonte, atrás apenas da China (197 mil MW).

Apesar de representarem 78% da capacidade instalada do parque gerador brasileiro, as hidrelétricas foram responsáveis por 89% da energia gerada em 2011, enquanto as termelétricas geraram apenas 6% no mesmo período, quando sua participação na potência instalada é de 13%.

Além disso, é importante ressaltar a vantagem do grande sistema interligado por linhas de transmissão que permite explorar as complementaridades hidrológicas entre as diferentes bacias hidrográficas com a "transferência" de energia de uma região para outra.

Essa é uma vantagem do sistema hidrotérmico brasileiro, pois além da predominância hidrelétrica, os reservatórios de acumulação existentes permitem o aproveitamento dos excedentes hídricos, contribuindo para a redução do consumo de combustíveis e, consequentemente, do custo de geração de energia. Se não tivéssemos abandonado a construção de usinas com reservatórios, a situação estaria mais tranquila, pois poderíamos contar com mais água para gerar energia e dispensar o acionamento de térmicas, mais caras e poluentes.

O que acontece é que nos períodos de pouca chuva, como agora, esse excedente energético deixa de existir e, para garantir o atendimento a todas as cargas, as usinas térmicas são colocadas para operar na sua capacidade máxima. Isso é normal, em função do ciclo das chuvas. Não adianta acreditar que os benefícios das sobras de energia de origem hidráulica sejam permanentes. Neste momento, a geração térmica está no limite, produzindo 13,7 mil MW médios. O cenário que se vislumbra com os níveis dos reservatórios muito baixos e sem chuva é o de permanência dessa situação para os próximos meses. O problema é que a geração térmica custa muito mais caro. Enquanto a energia das hidrelétricas custa cerca de R$ 100 por MWh, o custo da energia gerada por usinas térmicas que operam com combustíveis fósseis, como óleo diesel, pode chegar a R$ 800 por MWh.

É claro que a segurança do suprimento energético deve ser o principal objetivo do governo e que energia mais cara é aquela que não existe. Contudo, nas condições atuais de suprimento, o custo adicional da geração aumentará sobremaneira, sendo os distribuidores de energia elétrica os principais agentes que absorverão os impactos financeiros imediatos desse incremento de despesa.

As instituições do setor devem reafirmar o compromisso com a modicidade tarifária e a universalização

As distribuidoras pagam esse custo adicional praticamente à vista e recebem dos consumidores por ocasião dos reajustes (até 12 meses depois) em 12 prestações diluídas na conta de luz, podendo gerar hiatos de até 24 meses entre a despesa e a receita correspondente. A atual cobertura tarifária dos distribuidores para esse custo adicional é da ordem de R$ 150 milhões mensais.

Contudo, em novembro de 2012 esse encargo total foi da ordem R$ 547 milhões. Em dezembro de 2012, o montante chegou ao incrível valor de R$ 900 milhões. Nos meses subsequentes, mediante o cenário vislumbrado, esse valor poderá alcançar a cifra de R$ 1 bilhão por mês. Por enquanto, essa geração extra vai representar um aumento de 4,8% na conta de luz, mas o valor pode ser maior. Tudo vai depender do período chuvoso e do prolongamento do uso da geração térmica.

Essa condição é agravada pelos efeitos do 3º ciclo de revisão tarifária das distribuidoras de energia elétrica, que vêm ocasionando forte redução na margem de contribuição econômica dessas concessionárias. O incremento da despesa mensal para pagar a geração térmica, conforme nossas estimativas, drenará, em média, mais de 50% do Ebitda mensal do setor de distribuição de energia elétrica.

Considerando que a operação das usinas térmicas visa garantir o suprimento energético, nossa preocupação imediata reside em uma exasperação do risco de inadimplência setorial com consequente rompimento da cadeia de pagamentos do setor — distribuição e geração.

O instrumento contratual disponível seria a execução da cláusula de revisão extraordinária dos distribuidores. Contudo, essa revisão que está prevista para fevereiro de 2013 deve-se restringir apenas aos itens associados à MP 579/2012, que trata da revisão das concessões do setor elétrico. Nesse sentido, estamos buscando apoio junto ao governo para garantir que o impacto tarifário seja o menor possível e a perda no caixa das distribuidoras possa ser suportada sem drenar recursos de outros objetivos importantes como os investimentos necessários para garantir a confiabilidade durante os jogos da Copa do Mundo de 2014. Temos que evitar também uma inadimplência generalizada que comprometa a sustentabilidade do setor, como já tivemos em outros momentos do passado e não foi agradável.

As instituições do setor elétrico devem atuar, neste momento delicado, reafirmando o compromisso com a modicidade tarifária e a universalização do serviço, mas é preciso que a sustentabilidade financeira das empresas seja preservada para que elas possam cumprir seu papel. Energia é um insumo fundamental para o Brasil crescer com segurança e receber investimentos estrangeiros. É hora de o governo, associações, indústria e agentes do setor trabalharem juntos para que se continue garantindo a segurança energética e o país não fuja da rota de crescimento econômico.

Nelson Fonseca Leite é presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).